

**Política provincial e a construção do estado nacional brasileiro:  
Minas Gerais (1834-1844)**

Alexandre Mansur Barata\*

1. Nos últimos anos, apesar das diferenças teórico-metodológicas a separar os estudiosos, pode-se constatar o aparecimento de uma série de trabalhos que apontam para a necessidade de repensar o processo de construção do estado nacional brasileiro a partir do estudo dos diferentes arranjos e conflitos que caracterizaram a política provincial no decorrer do século XIX. É a partir deste olhar que a pesquisa em andamento, objeto dessa comunicação, ganha sentido. Ao retomar uma “velha” temática, como é o caso da chamada revolta liberal de 1842, pretende-se identificar as formas de atuação e as estratégias utilizadas pela elite provincial mineira em relação ao poder central.

2. No dia 10 de junho de 1842, na cidade de Barbacena, o Tenente-Coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, futuro Barão de Cocais, foi proclamado *presidente interino* da província de Minas Gerais. Com esse ato formal, a autoridade de Bernardo Jacinto da Veiga, presidente da província nomeado pelo governo imperial e recém empossado em Ouro Preto, deixava de ser reconhecida. Tinha início assim um movimento armado, liderado por parte da bancada parlamentar mineira na Câmara dos Deputados e na Assembléia Provincial, contra a política “regressista” do gabinete ministerial iniciado em 23 de março de 1841. (SOUZA, 03)

Os revoltosos estavam insatisfeitos com a atuação do *Gabinete Palaciano* que resultou na aprovação pelo Parlamento de leis que colocavam em risco aquilo que consideravam como princípios norteadores do Ato Adicional de 1834, a saber: a lei 234, que restabelecia o Conselho de Estado, aprovada em 23 de novembro de 1841; e a lei

---

\* Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pesquisador do Núcleo de Estudos em História Social da Política. Bolsista do Programa Pesquisador Mineiro (FAPEMIG). Pesquisador Colaborador do Projeto de Pesquisa “Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no século XIX” (CEO-PRONEX-CNPQ-FAPERJ).

261, que reformava o Código do Processo Criminal, aprovada em 03 de dezembro de 1841.

Neste contexto de grande insatisfação, a possibilidade de pegar em armas contra o *Gabinete Palaciano* começou a ser discutida, em janeiro de 1842, e planejada no interior da sociedade secreta *Patriarcas Invisíveis*. De certo modo, os *patriarcas invisíveis* estavam movidos pela defesa do direito de resistência e insurreição dos cidadãos diante de um governo opressor e tirânico. Se para a grande maioria dos revoltosos o direito de resistência diante da opressão ministerial era legítimo, é também verdade que muitos temiam a possibilidade da perda de controle e da conseqüente transformação da revolta armada em guerra civil. Por isso, ficou acordado que o movimento insurgente teria início em São Paulo, tendo em vista que se projetava também um reforço às lutas dos “farroupilhas” no Rio Grande do Sul. As demais províncias, gradativamente, deveriam realizar manifestações de adesão aos paulistas, com o claro sentido de dificultar a reação das tropas imperiais que teriam de lutar em diversas frentes batalha. (REZENDE, 143-4)

A posse de José Feliciano Pinto Coelho da Cunha como “*presidente interino*” da província de Minas Gerais, realizada às 10 horas do dia 10 de junho em Barbacena, era parte dessa estratégia. Assim que tomou posse, José Feliciano enviou carta ao Imperador D. Pedro II onde procurou justificar os atos daquele dia. Em primeiro lugar afiançou sua condição de súdito fiel e leal. Em seguida, culpou as “provocações aconselhadas ao Ministério de V. M. I. pelos dois Senadores Bernardo Pereira de Vasconcelos e Honório Hermeto Carneiro Leão, com o fim de se vingarem de inimigos pessoais, que os têm nesta Província” pela eclosão do movimento insurgente. Por último, reiterou que os mineiros eram monarquistas e que amavam “até a adoração ao seu Imperador”. (MARINHO, 1977: 92)

Na proclamação dirigida aos mineiros, acusou o ministério formado a 23 de março de 1841 de “*facção astuciosa*”, de querer “*escravizar*” a um só tempo a Coroa e a Nação através da aprovação das chamadas “*leis regressistas*”. Para garantir a efetivação destas medidas, o ministério havia impedido as reações legais, ao perseguir os funcionários públicos, especialmente os magistrados; ao punir as Câmaras de Barbacena, São João Del Rei e São João Batista do Presídio; ao dissolver a Assembléia Geral; ao adiar a Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais. (SOUZA, 05-13)

Apesar dos revoltosos mineiros justificarem a decisão de pegarem em armas às atitudes do *Gabinete Palaciano*, é preciso também ter em conta o crescente acirramento dos conflitos no início dos anos 1840 a envolver grupos políticos rivais e autoridades em diversas regiões e localidades da província de Minas Gerais.

Como ressaltado por Erik Hörner, no início da década de 1840, esse aumento da tensão política pode ser identificado, por exemplo, no levante de 1840 ocorrido em Araxá contra o juiz de direito Antônio da Costa Pinto Júnior; nas querelas ocorridas em Tamanduá, Januária e Serro decorrentes do processo de desmembramento e redefinição dos limites territoriais ocorridos na província ao longo dos anos de 1839 e 1841 quando 15 novos municípios foram criados e muitas freguesias foram desmembradas e anexadas a outros; nas discussões em torno do orçamento pela Assembléia Provincial; nas demissões de oficiais da Guarda Nacional levadas a cabo pelos presidentes da província Manuel Machado Nunes e Bernardo Jacinto da Veiga, ambos nomeados pelo Gabinete Palaciano. (HORNER, 192-216)

De modo específico, os revoltosos mineiros mostravam-se profundamente insatisfeitos com o adiamento da Assembléia Legislativa determinado pela presidência da província tão logo ter tido conhecimento das medidas tomadas pelo *Gabinete Palaciano*. Atitude que colocava em risco as finanças da província, na medida em que dificultaria o pagamento de algumas despesas já contraídas e empenhadas. Argumentavam que sem orçamento aprovado não seria possível o recolhimento de impostos e suspeitavam que o verdadeiro motivo para o adiamento da Assembléia Legislativa teria sido vultoso empréstimo “clandestino” contraído pelo presidente de província, Bernardo Jacinto de Souza, para a construção de novas estradas. (MARINHO, 1977: 80)

**3.** Tão logo a notícia do levante ocorrido em Barbacena foi conhecida em Ouro Preto, Bernardo Jacinto da Veiga deu conta às autoridades imperiais sobre o ocorrido e solicitou ajuda para organizar a repressão ao movimento sedicioso. (SOUZA, 1843, p. 16-17)

Em Barbacena, ainda no dia 10 de junho de 1842, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha criou um Corpo de Guardas Municipais, em substituição à Guarda Nacional, que pudesse guarnecer os pontos ocupados pela forças ligadas ao movimento armado.

Em seguida, nomeou o deputado José Pedro Dias de Carvalho para secretariá-lo, determinou às Câmaras Municipais desobediência às autoridades criadas em virtude da aprovação das leis “regressistas” e promoveu o restabelecimento nos seus cargos dos juízes municipais e de órfãos, bem como os promotores. Recomendou, ainda, que as Câmaras Municipais não consentissem reuniões de “pessoas suspeitas ou de qualquer força armada que tente contra o movimento político”. (SOUZA, 1843, p. 14-5, 21)

Sete dias após a eclosão do movimento insurgente, José Feliciano decidiu marchar em direção a São João Del Rei. Sem encontrar resistência à coluna de aproximadamente 150 guardas nacionais, foi reconhecido pela municipalidade que acabou por prestar-lhe adesão em 18 de junho. A transferência do comando rebelde para São João Del Rei coincidiu com a chegada de Teófilo Benedito Ottoni à província, vindo da Corte do Rio de Janeiro, depois de uma viagem cheia de peripécias. Ao sair às pressas do Rio de Janeiro para se juntar às tropas rebeldes em Minas Gerais, na noite do dia 15 para o dia 16 de junho, Teófilo Ottoni trazia consigo a notícia dos reveses sofridos pelos paulistas em Venda Grande e de que nenhuma outra província havia se levantado em favor do movimento armado.

O isolamento no qual os mineiros se encontravam colocava as principais lideranças diante do difícil dilema entre continuar com a revolta ou recuar. Ao mesmo tempo, as manifestações de adesão das Câmaras Municipais de diversas vilas da província, principalmente daquelas localizadas na Comarca do Rio das Mortes, se multiplicavam. No final de junho, três semanas depois do início da rebelião, Pomba, Queluz, Aiuruoca, Lavras, São João Del Rei, São José Del Rei, Baependi, Santa Bárbara, Santa Quitéria e Curvelo haviam reconhecido José Feliciano como presidente da província de Minas Gerais. Em geral, a adesão vinha acompanhada pela substituição das autoridades locais e de alguns funcionários públicos, bem como do restabelecimento da legislação anterior às reformas aprovadas em 1840 e 1841.

Apesar dos obstáculos iniciais, a repressão às forças revoltosas começou a ser realizada através da convocação e mobilização de batalhões da Guarda Nacional, inclusive da província do Rio de Janeiro, bem como dos soldados pedestres de cada município. (SOUZA, 1843, p. 56) Na Corte, por sua vez, alguns dos frequentadores das reuniões da *Sociedade Patriarcas Invisíveis*, como Antônio Paulino Limpo de Abreu, Salles Torres Homem, Geraldo Leite Bastos, Joaquim Cândido Soares de Meirelles,

Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, foram presos e, posteriormente, alguns deles foram deportados para Lisboa, sob suspeita de planejarem a revolta e auxiliarem os revoltosos em São Paulo e Minas Gerais. (AZEVEDO, p. 327) Entretanto, o esforço repressivo só se completou após a pacificação da província de São Paulo, com a nomeação, em 10 de julho de 1842, de Luis Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias, para Comandante em Chefe das tropas imperiais na província de Minas Gerais.

Isolados, mas decididos a continuar lutando, os rebeldes mineiros tinham como grande desafio tomar Ouro Preto, sede do governo provincial. O plano era atacar a capital a partir de três frentes de combate: a primeira que se deslocaria de Sabará até Cachoeira do Campo; a segunda, que se deslocaria de Queluz também em direção a Cachoeira do Campo; a terceira, que atacaria a capital a partir de Mariana. (SOUZA, 1843, p. 162)

Entretanto, o avanço das tropas imperiais sobre o território da província impôs o adiamento do ataque à capital. Uma a uma, as vilas e arraiais, antes controlados pelos revoltosos, foram caindo sob controle do governo imperial. Em 23 de julho, as tropas imperiais entraram em Barbacena e, em 01 de agosto, retomaram as vilas de São João Del Rei, São José Del Rei, Lavras e Aiuruoca.

Na medida em que a revolta se prolongava, as dificuldades e divisões que atravessavam as forças rebeldes ficavam mais explícitas. As indecisões quanto a atacar ou não Ouro Preto, a prosseguir com a revolta ou capitular diante do avanço das tropas imperiais tornavam a possibilidade de vitória da causa insurgente reduzida.

Entretanto, apesar dos duros combates e da confirmação de que os paulistas haviam sido derrotados, os sucessos alcançados pelos revoltosos em Queluz, no início de agosto, reacenderam a esperança de que o ataque a capital seria vitorioso. Uma coluna de revoltosos chegou a menos de meia légua da cidade, mas, a entrada do Exército Imperial liderado por Caxias em Ouro Preto, em 06 de agosto, acabou por impedir que esse plano se efetivasse, provocando o recuo dos revoltosos em direção a Sabará e Santa Bárbara.

Diante das dificuldades em tomar a capital da província, as forças revoltosas se concentraram na região da Comarca do Rio das Velhas. Em 11 de agosto, três colunas comandadas por Francisco José de Alvarenga, Antônio Nunes Galvão e Manuel Joaquim de Lemos cercaram e tomaram as vilas de Caeté e Sabará.

Apesar dos sucessos, os desentendimentos entre as lideranças insurgentes atingiram um ponto crítico. José Feliciano defendia que as forças rebeldes deveriam ser dispensadas e um pedido de anistia deveria ser solicitado ao governo imperial, posição não consensual entre os líderes. Em 13 de agosto, as forças revoltosas se deslocaram para o arraial de Santa Luzia. Por ali ficaram estacionadas quase uma semana. Na medida em que as negociações com o comando das forças imperiais pouco avançavam, o número de deserções entre os revoltosos crescia. A principal deserção ocorreu no dia 19 de agosto, quando José Feliciano Pinto Coelho da Cunha abandonou o acampamento militar em Santa Luzia.

Diante da retirada de José Feliciano, Teófilo Ottoni assumiu o comando das forças revoltosas. Após quase um dia inteiro de duros combates, no dia 20 de agosto, foram derrotados pelas tropas imperiais. Em Santa Luzia, aproximadamente, trezentos insurgentes foram presos, entre os quais Teófilo Benedito Ottoni, José Pedro Dias de Carvalho, João Gualberto Teixeira de Carvalho, Pedro Teixeira de Carvalho, Antônio Teixeira de Carvalho, Joaquim Camilo de Brito, Francisco Ferreira Paes, Manuel Dias do Couto Guimarães. No dia seguinte, os comandantes Francisco José de Alvarenga e Antônio Nunes Galvão se entregaram ao subdelegado de Matosinhos.

Os líderes aprisionados em Santa Luzia foram levados algemados para Ouro Preto e lá permaneceram encarcerados a espera dos pronunciamentos e dos julgamentos. Também foram abertos processos criminais em diversas comarcas da província. Algumas dessas lideranças acabaram por ser despronunciadas. Outras foram levadas a júri, mas foram absolvidas.

4. Em 1844, os envolvidos na revolta de 1842 acabaram por ser anistiados e muitos deles retomaram suas carreiras políticas. (MARTINS, 2007, p. 78) Entretanto, é importante chamar a atenção para a preocupação tanto dos insurgentes quanto daqueles que lutaram em nome do governo imperial em dotar esse evento de uma carga simbólica a demarcar as identidades políticas em disputa. Desta forma, se as lideranças acabaram por ser absolvidas em 1844, os efeitos do movimento insurgente ultrapassaram àquele recorte temporal e marcaram profundamente as práticas políticas da elite provincial mineira. Além de ser um momento importante de questionamento da política centralizadora executada no início da década de 1840, a revolta liberal de 1842 deve

também ser percebida como um momento de rearranjo das facções que compunham a elite provincial.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais, Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

ARAÚJO, Maria Marta. *Com quantos tolos se faz uma república? Padre Correia de Almeida e sua sátira ao Brasil oitocentista*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2007.

AZEVEDO, Moreira de. Movimento político de Minas Geraes em 1842: Memória lida em sessão do Instituto Histórico pelo sócio effectivo Dr. Moreira de Azevedo. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 14, 1909.

BARMAN, Roderick. *Brazil: the forging of a nation (1798-1852)*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem & Teatro de Sombras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará - UFRJ, 1996.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989.

GENOVEZ, Patrícia Falco. *O espelho da monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História). Universidade Federal Fluminense, 2003.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rei, 1831-1888*. São Paulo: Annablume, 2002.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HORNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História). Universidade de São Paulo, 2010.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

MARINHO, José Antônio. *História do Movimento Político de 1842*. Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia-Edusp, 1977.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

OTTONI, Teófilo Benedito. *Circular dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. Eleitores de Deputados pelo 2º. Distrito Eleitoral da mesma Província para a próxima legislatura*. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil de M. Barreto, Filhos & Octaviano, 1860.

RESENDE, Edna Maria. *Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840)*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1987.

SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

SOUZA, Bernardo Xavier Pinto de. *Historia da Revolução de Minas Geraes em 1842, exposta em hum quadro chronologico, organizado de peças officiaes das autoridades legitimas; dos actos revolucionários da liga facciosa; de artigos publicados nas folhas periódicas, tanto da legalidade como do partido insurgente; e de outros documentos importantes, e curiosos sobre a mesma revolução*. Rio de Janeiro: Typografia de J. J. Barroso e Comp., 1843.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed.UFSM, 2010.